

# EDITORIAL<sup>1</sup>

A desaceleração da economia no mundo e, em especial, no Brasil, em virtude da pandemia da covid-19, foi motivada por vários fatores. As ações deliberadas dos governos estaduais e do governo federal, orientadas para o confinamento, certamente afetaram o crescimento econômico. Ainda que em períodos de incertezas o comportamento conservador dos investidores acentue o ciclo vicioso de desaceleração, a economia brasileira já apresentava taxas de crescimento baixas, com sinais de estagnação. Esta 26ª edição do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* apresenta um conjunto de artigos que, em grande parte, faz referência aos impactos da covid-19 em dadas regiões do país, com uma visão mais ampla sobre questões relacionadas ao comportamento dos investimentos, à agropecuária e ao meio ambiente.

O artigo que abre esta edição, intitulado *O bônus fiscal dos estados e a política macroeconômica*, aponta para uma melhoria nas finanças públicas das Unidades da Federação (UFs), não obstante a crise da pandemia da covid-19. Todavia, o texto mostra a insustentabilidade desses ganhos e atribui à política macroeconômica do governo federal a redução do bônus fiscal obtido pelas UFs.

O texto denotado por *Picos, vales e ciclos: qual o comportamento do investimento entre 1996 e 2020?* parte do pressuposto de que o investimento em capital físico tem importante influência no desenho das políticas públicas voltadas para o crescimento econômico, bem como um caráter pró-cíclico. As questões básicas levantadas no texto, como indicado no seu título, estão relacionadas à regularidade do ritmo de investimento no Brasil, à velocidade com que as firmas ajustam seus estoques de capital e a quão sensíveis são os picos de investimento aos ciclos econômicos.

Na mesma linha, o artigo *Desigualdade tecnológica rural: breves considerações sobre possíveis tendências* pressupõe que o aumento da produtividade da produção agrícola explica seu crescimento, sobrepondo-se à incorporação de novas áreas cultivadas. O texto aponta que o crescimento da produtividade do setor agrícola também é fator de aumento das desigualdades entre os estabelecimentos agropecuários, ampliando a distância entre os mais inovadores e os com resistência ou dificuldade para incorporar as inovações.

O acúmulo de capital físico na produção agropecuária nos anos 1960 aumentou a produtividade dos fatores de produção terra e trabalho. Os anos 1980, entretanto, não foram tão promissores para a atividade, que sofre um processo de redução de incentivos via crédito e subsídios por parte do governo federal, bem como adversidades do mercado internacional e instabilidades nos preços. Esses fenômenos, contudo, impactaram de forma positiva, embora diferenciada regionalmente, a atividade agropecuária. Esses são os pressupostos do artigo *Distribuição regional do valor bruto da produção (VBP) pecuária no Brasil*, que acaba sendo um interessante subsídio no sentido de avaliar a contribuição de cada uma das grandes regiões brasileiras para o setor.

---

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua26edit>

A geração de externalidades negativas e os impactos ambientais, ainda que sejam acompanhados de aumento de produtividade total dos fatores, não podem ser negligenciados. Não somente ter o desenho de uma política pública voltada para arrefecer o custo social de uma produção maior mas desenvolver instrumentos para sua aplicação são fundamentais para a sociedade e as futuras gerações. Nesse sentido, o artigo intitulado *Instrumentos de gestão do meio ambiente: uma análise da realidade dos municípios nordestinos* traz uma análise do nível de implementação dos instrumentos de gestão ambiental no âmbito municipal, apresentando um diagnóstico dos municípios da região no que diz respeito à forma de gestão ambiental adotada por eles.

Partindo do princípio de que, dentro do arranjo federativo brasileiro, o município é o principal agente na execução das políticas públicas no território mas que o conjunto da sociedade civil organizada tem responsabilidade sob as ações voltadas para o desenvolvimento e a conservação e proteção do meio ambiente, o artigo *Instrumentos de gestão municipal: contribuições dos municípios para as políticas públicas ambientais e dos recursos hídricos no Nordeste brasileiro* traz uma análise do estado das artes das políticas públicas brasileiras em nível municipal.

Avançando para as fronteiras brasileiras e tratando de um tema de destaque em todos os ambientes nos últimos dois anos, o artigo *Estratégia de vacinação em massa contra covid-19 nas fronteiras brasileiras* fornece um panorama das ações, tanto em nível nacional quanto internacional, tomadas pelos agentes para o combate à covid-19 com o uso de imunizantes. O texto descreve o comportamento do Brasil e de países vizinhos no que se refere à mobilidade transfronteiriça de pessoas e bens ao longo do período pandêmico.

A pandemia da covid-19 impactou a mobilidade de pessoas e bens e também as relações trabalhistas, com o relaxamento das regras de contratação e demissão, bem como a forma de o empregado executar seu trabalho. A disseminação do trabalho remoto, na relação empregado/empregador, como uma medida de distanciamento social durante o período mais crítico da pandemia, trouxe nuances que demandam estudos específicos. Como parte desses estudos, e não obstante a limitação de dados disponíveis, o artigo *O trabalho remoto no primeiro período da pandemia de covid-19: uma análise para o Nordeste* faz uma análise dos efeitos desse mal sobre o modo de trabalho no país e no Nordeste brasileiro, segregando funcionários públicos de funcionários privados. Aqui o pressuposto é que funcionários públicos, quando comparados a empregados da iniciativa privada, têm grau de escolaridade maior e, por isso, mais capacidade para executar suas atividades de forma remota.

Essa também é a abordagem do artigo intitulado *Análise do afastamento e do trabalho remoto na região Sul e no Brasil durante a pandemia para o setor público e privado*, mas com um olhar específico para a região Sul do país.

Por fim, também fazem parte desta edição uma nota de opinião, assinada pelo presidente do Ipea, e um conjunto de indicadores que decorrem de questões relacionadas ao desenvolvimento regional equilibrado, bem como a nota de pesquisadores da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur).

Boa leitura!

O Editor